

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Profissão Abandonada

Números inquietantes apontam para a possibilidade de uma evasão em massa entre professores da rede pública do 1º e 2º graus, no Estado e no município. No Estado, o primeiro semestre acusa pedidos de aposentadoria ou demissão, em idade considerada produtiva, de 1.340 professores. No município, o número ainda é maior no período: 1.658 professores que desistem de dar aula.

Estatísticas sobre educação, normalmente, precisam ser lidas com um certo cuidado. A secretaria de educação do Estado, por exemplo, acha que ainda é cedo para se falar em evasão maciça — da ordem de 500 professores públicos por mês —, já que muitos dos processos de aposentadoria e demissão referem-se a casos antigos que só agora entraram em regime de despacho.

Feita a ressalva, registre-se que a possibilidade de um êxodo maciço não surpreende a ninguém. Não se abandona uma profissão apenas porque ela pague mal: o que aconteceu com os professores, de alguns anos (ou décadas) para cá, foi, sobretudo, um processo de crescente desrespeito. Ninguém gosta de ficar indefinidamente num barco que está indo ao fundo.

Um barco à deriva: não há outra maneira de definir a situação do ensino público no Brasil — sobretudo do ensino básico. Não se diga que a culpa é apenas do governo. Por alguma razão obscura, a sociedade brasileira entrou num processo de mutação febril onde o papel da educação foi sendo esquecido, empurrado cada vez mais para o fundo do baú.

O desrespeito do professor, antes de bater na folha salarial, começa na imagem que a sociedade criou para ele. E essa imagem, atualmente, é de desanimar os que pensam em fazer do magistério um meio de vida.

Estamos, visivelmente, num processo de causalidade múltipla, em que um efeito alimenta o outro. Não ajudam em nada a profissão, por exemplo, os supostos líderes de classe que quiseram transformar o magistério num movimento sindical como qualquer outro. Em vez de dignificar a profissão, apenas ajudaram a nivelá-la por baixo. A facilidade com que alguns movimentos grevistas jogaram no chão a idéia de um ano letivo, e aceitaram a hipótese de que estudantes perdessem um ano de suas vidas, foi o que podia haver de mais deseducativo em relação à sociedade: com esse tipo de luta sindical, só se conseguiu jogar a sociedade contra os professores.

Ao governo (aos governos) caberia, no caso, a missão de quebrar o círculo vicioso. Mas a educação, também no plano de governo, há muito tempo vem sendo tratada como item de segunda necessidade. Nada é mais característico dessa tendência do que a maneira como se entregou o ministério da Educação aos azares da política — transformando-o numa espécie de prêmio, ou em instrumento de ação política.

Não estranha que, depois de tantos anos nesta sarabanda, o país tenha perdido de vista o que possa ser uma política educacional. Tudo o que se vê são ações fortuitas, que parecem motivadas pelas razões mais obscuras.

Mesmo agora, num início de governo que se quer renovador, é difícil, ou impossível, enxergar qualquer prioridade nesta área. Acena-se com vários projetos ao mesmo tempo; quer-se priorizar quase tudo, o que é um modo de não chegar a parte alguma.

A prioridade, entretanto, não é difícil de enxergar: ela passa pela recuperação da dignidade do magistério. Uma classe que não se respeita a si mesma deixa de ver razão no que está fazendo. O que tinha tudo para ser a mais nobre das atividades transforma-se num simples expediente, num ponto

de passagem, numa obrigação que se cumpre enquanto não aparece coisa melhor.

No Estado do Rio, os últimos anos também viram toda sorte de *aventura* educacional; e no fim dessa estrada, estamos de volta ao ponto de partida. Gastaram-se rios de tinta com a discussão sobre os Cieps. Discutiu-se a arquitetura das escolas, suas finalidades sociais, seus eventuais objetivos, políticos. O professor, entretanto, continuou no rumo de sempre — ladeira abaixo; como se fosse possível construir um novo modelo de educação sem ter professores para dinamizá-lo.

A discussão, infelizmente, tem estado centrada na questão salarial — resultado da ofensiva sindicalista no interior do magistério. Uma conta muito simples mostraria que, para pagar a todos os professores atualmente existentes o que se considera um salário condigno, não haveria dinheiro no orçamento estadual, nem no municipal, nem no federal.

Isso mostra a necessidade — a urgência — de tirar o problema dos círculos viciados em que ele se meteu. Estamos todos pagando, atualmente, por uma burocracia da educação que consome uma quantidade absurda de recursos. A máquina do MEC é o melhor exemplo de mastodonte que não sai do lugar.

O governo quer interferir até no mundo da escola particular — determinando a mensalidade que pode ser cobrada aqui ou ali. Enquanto assim legisla sobre o que não é da sua competência, deixa em estado de paralisia o mecanismo que precisaria ser desenferrujado e posto para funcionar.

A prioridade é mais do que clara: não se constrói um país, sobretudo um país como o Brasil, sem um alicerce de educação que depende do ensino básico, público e gratuito. Mas esse edifício não pode ser construído como um monumental projeto burocrático, em que se abre uma torneirinha aqui, uma outra ali. Não se pode identificar o ensino de que precisamos com a arregimentação de um exército de professores-burocratas — porque, nesse caso, jamais haveria dinheiro suficiente para a educação.

Seria preciso, em vez disso, liderar uma transformação qualitativa da educação brasileira; criar um projeto nacional de educação de que pudessem participar todos os que tenham um mínimo de vocação pedagógica — e de patriotismo.

É preciso convocar a sociedade para essa tarefa: criar professores onde haja um mínimo de talento e de disposição para ensinar. O problema, hoje, é que a profissão está quase totalmente burocratizada. Não se pode nivelar um exército de professores — porque isto seria tratar igualmente aos desiguais. Um professor precisa ser pago pelo seu mérito, pelo que ele tenha realmente a ensinar. Nesse caso, ele deixará de acreditar que o seu trabalho é puramente mecânico; e voltará a ter orgulho da profissão.

São esses critérios de valor que precisam ser criados — ou recriados. A triste verdade é que até nas universidades o espírito burocrático avançou demais — à medida que se reproduziam multidões de pseudo-mestres. A universidade pública, que deveria ser o laboratório regenerador da educação e da própria sociedade, transformou-se num cabide de empregos, onde, através de artifícios engenhosos, há quem ganhe o equivalente ao mais robusto marajá.

Mas a prioridade continua a ser o ensino básico — e, dentro dele, o reencontro do professor com a dignidade da sua função. Isto é que significa “construir o Brasil”. Todas as outras construções, perto desta, são café pequeno.